

**Companhia Águas de Joinville**

PARECER TÉCNICO SEI Nº 28774324

1. OBJETIVO

Estabelecer normas e procedimentos para a contratação dos serviços do objeto exposto no Termo de Referência citado no memorando SEI 28574200.

2. SIGLAS E DEFINIÇÕES

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

APR: Análise Preliminar de Risco;

ASO: Atestado de Saúde Ocupacional, define se o funcionário está apto ou inapto à realização de suas funções, sendo obrigatório na admissão, na demissão, periodicamente no curso do vínculo empregatício, na ocorrência de mudança de função e no retorno ao trabalho após licença médica;

CA: Certificado de Aprovação, um documento que o Ministério do Trabalho e Emprego expede para garantir a qualidade e funcionalidade de um determinado equipamento de proteção individual;

CAJ: Companhia Águas de Joinville;

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, estabelecida pela NR 5, composta por representantes dos empregados e do empregador. Tem por objetivo observar e relatar condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes;

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Lei nº. 5.452 de 01 de maio de 1943;

Colaborador: empregado contratado pela empresa prestadora de serviço;

CSS/CAJ: Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalho da Companhia Águas de Joinville;

EPI: Equipamento de Proteção Individual é todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, conforme NR 6;

Espaço Confinado: Qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, possui meios limitados de entrada e saída, a ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir deficiência ou enriquecimento de oxigênio, conforme NR 33;

FISPQ: Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico;

LTCAT: Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego;

NR: Normas Regulamentadoras, conforme a Lei nº 6514/77;

PGR: Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, definido na NR 7 e Portaria 24/1994 do MTE, tem o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto de seus trabalhadores;

PET: Permissão de Entrada e Trabalho;

PT: Permissão de Trabalho;

SESMT: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade física do trabalhador no seu local de trabalho, conforme NR 4;

Trabalho em Altura: Trabalho que envolve atividades acima de 2 metros de altura do nível inferior, onde haja risco de queda do trabalhador, conforme NR 35;

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Decreto - Lei N.º 5.452, DE 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT);
- Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977;
- Portaria Nº 3.214, de 08 de junho de 1978, suas Normas Regulamentadoras – NRs, no que couber;
- Associação Brasileiras de Normas Técnicas e legislação complementar aplicável.
- Normas de Segurança Contra Incêndio do Estado de Santa Catarina

4. RESPONSABILIDADES

4.1 DOS GESTORES E FISCAIS DOS CONTRATOS

- CONVOCAR a Coordenação de Saúde e Segurança Ocupacional (CSS/GPP) PARA PARTICIPAÇÃO NA PRIMEIRA REUNIÃO com a contratada logo após a emissão da Ordem de Compra/Serviço.
- Fiscalizar o cumprimento dos requisitos mínimos de Segurança do Trabalho citados neste parecer e outras considerações da qual pertencer.

4.2 DA EQUIPE DE SEGURANÇA DO TRABALHO DA COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE

- Divulgar esta Norma de procedimentos ao responsável pela empresa prestadora de serviços, gestores e fiscais dos contratos de mão de obra terceirizada;
- Orientar o responsável pela empresa prestadora de serviços sobre as exigências e procedimentos;
- Receber da empresa prestadora de serviços a documentação exigida no Anexo II (no final deste parecer), conferir a documentação apresentada e arquivar no processo de contratação;
- Ministras a integração de segurança para todos os colaboradores da empresa contratada de prestação de serviços contínuos;
- Fiscalizar, regularmente, o local de trabalho da empresa prestadora de serviços contratada;
- Notificar ao fiscal/gestor do contrato acerca do descumprimento das Normas de segurança pela empresa prestadora de serviços e estabelecer prazos para correção;
- Solicitar ao fiscal/gestor do contrato o embargo da obra ou interdição dos serviços da empresa prestadora de serviços, em desacordo com as regras de segurança.

4.3 DA EMPRESA CONTRATADA

4.3.1. *Autorização para realização dos trabalhos:*

A autorização para realização dos trabalhos, cedida pela CAJ aos funcionários da Contratada, consiste na participação de treinamento de Integração de Segurança do Trabalho e entrega de cópia dos seguintes documentos:

Da Contratada:

- Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Documentação de constituição de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
- Documentação do SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho);
- Plano de Emergência;

Dos Empregados:

- Ficha de Registro do empregado ou CTPS ou Contrato de Trabalho;
- Termo de Recebimento de EPI e Treinamento de uso (NR-6);
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), em dia;
- Ordens de Serviços (conforme NR-1);
- Certificados de treinamentos recebidos (p. ex. NR-6; NR-10; NR-11; NR-12; NR-18; NR-31; NR-33; NR-35; outros).

4.3.2. *Considerações Gerais:*

- Cumprir toda a legislação trabalhista vigente, referente à segurança e saúde no trabalho, as Normas Regulamentadoras atuais e as que vierem **sucedê-las ou substituí-las** no decorrer do contrato;
- Providenciar e entregar a CSS/CAJ (css@aguasdejoinville.com.br) toda a documentação exigida nos procedimentos citados e, resumidamente expostos no Anexo II (no final deste parecer);
- Receber e executar as orientações de segurança do trabalho emitidas pela CSS/CAJ;
- O cumprimento dos procedimentos e recomendações constantes nesta Norma, não desobriga a Contratada de cumprir outras Normas e regulamentos que sejam incluídos por acordos coletivos de trabalho, códigos sanitários do estado (SC) e município (Joinville).
- Atender a Portaria N.º 3.214, de 08 de Junho de 1978 (Dou de 06/07/78 - Suplemento) que “Aprova As Normas Regulamentadoras - NR - Do Capítulo V, Título II, Da Consolidação Das Leis Do Trabalho, Relativas A Segurança E Medicina Do Trabalho”, com Redação Dada Pela Lei N.º 6.514, De 22 De Dezembro De 1977
- A CONTRATADA deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego pertinentes ao objeto da contratação, em especial NR-01, NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-8, NR-9, NR-10, NR-11, NR-12, NR-15, NR-16, NR-18, NR-21, NR-23, NR-24, NR-31, NR-33 e NR-35.
- **Os funcionários deverão se apresentar uniformizados** conforme Norma Regulamentadora e outras normas (exemplo, de obras em vias públicas) (**COM FAIXAS RETRORREFLETIVAS nas calças, camisas, jaquetas etc**), usando os Equipamentos de Proteção Individual;
- **A Contratada deverá fornecer, treinar e garantir a utilização obrigatória de equipamentos de proteção individual e coletiva - EPI e EPC**, adequados aos riscos decorrentes da execução do escopo contratual, garantindo a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades, inclusive a de terceiros, conforme Norma Regulamentadora nº 06 da Portaria no 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal no 6.514 de 22/12/77 e atender as especificações técnicas da Companhia Águas de Joinville, BEM COMO AS QUE VIEREM SUCEDER (ATUALIZADAS) NO DECORRER DO CONTRATO;

- Fornecer e tornar obrigatório o uso de uniformes adequados à função e da identidade funcional da CONTRATADA ou de subcontratada(s) dentro da área de realização das obras e/ou serviços, de acordo com a legislação vigente;
- **O Equipamento de Proteção Individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter o número do Certificado de Aprovação – CA** emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a identificação da empresa contratada;
- Somente estão autorizadas a executar serviços para a Contratante, as Contratadas que possuírem **profissionais capacitados/ qualificados/ habilitados** e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam previstos os sistemas de proteção individual e coletivo e analisados os riscos e o estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados;
- Os materiais, produtos, máquinas e equipamentos em geral a serem utilizados deverão estar de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de todos os requisitos e normas sobre segurança;
- A CONTRATADA deverá ter e manter limpo e desobstruído os equipamentos de combate a incêndio como extintores e outros, no canteiro de obra e nas frentes de trabalho;
- **A CONTRATADA deverá sinalizar e isolar fisicamente as áreas de trabalho** a fim de garantir a proteção das pessoas;
- A CONTRATADA deve seguir o que diz a NR 18: Nas atividades da indústria da construção em que há necessidade da realização de serviços sobre o passeio, deve-se respeitar a legislação do Código de Obras Municipal e de trânsito em vigor.
- A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados e incidentados;
- A CONTRATADA deverá acatar as recomendações decorrentes de inspeções de segurança realizadas pela CSS/CAJ – Serviço de Segurança do Trabalho;
- É facultado a CSS/CAJ, em caso de irregularidades encontradas em suas inspeções, emitir o termo de notificação para a Contratada, para registro do fato, pedindo providências;
- A Contratada fica responsável por realizar as Ordens de Serviços, elaborando e garantindo os Procedimentos de Segurança no Trabalho, Análises de Riscos, Permissões de Trabalho, conforme a legislação vigente em matéria de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- A operação de máquinas e equipamentos devem seguir as recomendações das Normas Regulamentadoras, outras legislações e regulamentos públicos.
- A CONTRATADA deverá paralisar as obras e/ou serviços quando constatado risco grave e iminente aos seus empregados, aos da COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE, da(s) subcontratada(s) e terceiros, na conformidade dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente;
- Todos os veículos deverão ser compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, em bom estado de conservação e funcionamento, para acomodar adequadamente os empregados da CONTRATADA, materiais, ferramentas e equipamentos;
- Cada veículo de equipe deverá dispor de todos os equipamentos, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) para a execução das atividades, estando esses adequados à quantidade de pessoas transportadas.
- A CONTRATADA deverá manter as áreas dos serviços ou de armazenamento e estocagem de materiais, devidamente demarcadas, isoladas, sinalizadas e vigiadas, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços, mantendo ainda as áreas contíguas em perfeito estado de arrumação e sem restos de entulho e/ou terra, e tudo fazendo para que os moradores das vizinhanças não sejam molestados, observando em especial no que for aplicável, a legislação municipal pertinente.

5. PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS

5.1 A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ SEGUIR RIGOROSAMENTE OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

- Normas Regulamentadores, em especial as NRs 6; 24; 33 (na existência) e 35 (na existência), acessíveis no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>;
- Guia Prático Níveis de Segurança - CAJ (28774516).

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 PROIBIÇÕES GERAIS

Durante a realização das atividades **é terminantemente proibido:**

- Trajar **camiseta sem mangas** (regata), **bermuda**, **chinelos**;
- Consumir, portar ou vender bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias que causem qualquer tipo de dependência, no recinto da empresa;
- Apresentar-se em estado de embriaguez;
- **Fumar** nas dependências da contratante;
- Portar armas, de qualquer espécie (exceto de uso profissional, previsto em contrato);
- Operar veículos, equipamentos e máquinas para os quais não esteja habilitado e autorizado pela empresa Contratada;
- Fazer manutenção em equipamentos e máquinas para os quais não esteja treinado e autorizado pela empresa Contratada;
- O descumprimento de qualquer das disposições citadas poderá acarretar a aplicação de sanções previstas no contrato celebrado.

7. EXIGÊNCIAS

7.1 PLANO DE EMERGÊNCIA

- A contratada deverá apresentar um **plano de emergência** indicando as ações que serão executadas por sua liderança em caso de uma emergência.
- No **plano de emergência** deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso de postos de urgência/emergência mais próximos ao local.

7.2 PROVIDÊNCIAS EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO

- Comunicar o Gestor/Fiscal do Contrato e a CSS/CAJ, imediatamente, caso ocorra algum acidente onde haja lesões ou danos aos colaboradores;
- Seguir o Plano de Emergência estabelecido para as obras/serviços contratados;
- A CIPA da Contratada deverá investigar os acidentes ocorridos, para que o SESMT da Contratada emita os relatórios de acidentes;
- Emitir CAT, até o primeiro dia útil após a ocorrência, encaminhando cópia devidamente registrada no órgão competente, no prazo máximo de dois dias úteis para a CSS/CAJ.
- Entregar a CSS/CAJ: cópia da CAT registrada, as análises e investigações dos acidentes.

7.3 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO – SESMT

- As empresas Contratadas, que possuam colaboradores regidos pela CLT, manterão obrigatoriamente, Serviços Especializados de Engenharia, Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado, quando enquadradas no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78.
- Os profissionais do SESMT da Contratada devem realizar suas atividades conforme previsto na NR 4, sendo vedado o exercício de atividades que não sejam aquelas previstas pela norma.
- Os profissionais da Contratada poderão estar sob a orientação direta dos profissionais da Contratante, para que possam integrar as ações inerentes à prevenção de acidentes do trabalho.

7.4 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO - CIPA

- A Contratada deve constituir CIPA, devidamente registrada, com base no quadro I da NR 5 da Portaria 3.214/78.
- A CIPA da Contratada deve participar, sempre que convidada, das reuniões da CIPA da contratante, promovendo integração entre as duas comissões.
- A Contratada que não se enquadrar no descrito nos itens anteriores, deverá indicar um representante (designado) para participar, caso convidado, das reuniões da CIPA da empresa contratante, a fim de integrar as ações preventivas.

7.5 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - PGR

- A Contratada deverá elaborar e implementar o PGR no canteiro de obras, contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção:
 - O PGR deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho e implementado sob responsabilidade da organização;
 - O PGR, além de contemplar as exigências previstas na NR-01, deve conter os seguintes documentos:
 - a) projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho, em conformidade com o item 18.5 desta NR, elaborado por profissional legalmente habilitado;
 - b) projeto elétrico das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado;
 - c) projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado;
 - d) projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado;
 - e) relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes.
- Para fins de caracterização de atividades ou operações insalubres ou perigosas, devem ser aplicadas as disposições previstas na NR-15 – Atividades e operações insalubres e NR-16 – Atividades e operações perigosas.
- O empregador deve promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o disposto nas NRs. A capacitação deve incluir: treinamentos inicial, periódico e eventual com fornecimento de Certificados.
- A Contratada deverá promover a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais, conforme NR-09 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS.

7.6 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO

- As Contratadas devem apresentar no ato do início dos trabalhos o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO.

- O PCMSO deverá ter por base as informações contidas nas NRs 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e 09 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos);
- Deverá relacionar no ASO os exames complementares, tendo em vista os riscos ocupacionais específicos para cada cargo/atividade.

7.7 REALIZAÇÃO DE TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS, na ocorrência

- A Contratada, *na ocorrência*, deverá **seguir rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 33 - Trabalho em Espaço Confinado**, acessível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>
- A Contratada deverá comprovar a capacitação de seus colaboradores; conforme preconizado no item 33.3.5 da NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado).
- Todo trabalho em Espaços Confinados deverão ser supervisionados e vigiados de acordo com a NR-33.
- **A CONTRATADA, através de seu Técnico de Segurança do Trabalho, devidamente registrado em órgão de classe deverá, antes de iniciar as atividades que oferecerem riscos com gases e durante todo o período de execução dos trabalhos, monitorar os gases CO, H2S, O2 e inflamáveis por meio de equipamentos devidamente aferidos pelo órgão competente, de propriedade da CONTRATADA ou de locação, verificando as condições de segurança da atmosfera dentro do espaço confinado.**
- A CONTRATADA deverá **elaborar Análise Preliminar de Risco (APR)** para a atividade/serviços em Espaço Confinado e **emitir a Permissão Entrada e Trabalho (PET)**. Ambos documentos deverão ser enviadas cópias a CSS/CAJ.
- **Nunca permitir a permanência de apenas um trabalhador no espaço confinado.** As atividades devem ser acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada.
- **Avaliar as condições ambientais antes de entrar e durante as atividades no espaço confinado**, utilizando medidor de quatro gases (Oxigênio, Gases Explosivos, Monóxido de Carbono e Gás Sulfídrico).
- A Contratada deverá elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados.
- Interromper todo e qualquer tipo de trabalho em caso de suspeita de condição de risco grave e iminente, procedendo ao imediato abandono do local.

7.8 REALIZAÇÃO DE TRABALHO EM ALTURA, na ocorrência

- A Contratada, *na ocorrência*, deverá **seguir rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 35 - Trabalho em Altura**, acessível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>
- A Contratada deverá comprovar que seus colaboradores são capacitados e estão aptos a realizar atividades nestas condições, ou seja, apresentar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e Certificado de treinamento para trabalho em altura, conforme preconizado na NR-35 (Trabalho em altura).
- Todo trabalho em altura deverá ser supervisionado por um supervisor qualificado.
- Deverá ser elaborada **Análise Preliminar de Risco** para atividade e a emissão da **Permissão de Trabalho – PT**. Ambos documentos deverão ser enviadas cópias a CSS/CAJ

7.9 MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS DIVERSAS

Considerações Gerais:

- As máquinas ou equipamentos de transporte de materiais devem possuir dispositivos que impeçam a descarga acidental do material.

- As máquinas estacionárias devem possuir medidas preventivas quanto à sua estabilidade, de modo que não basculem e não se desloquem intempestivamente por vibrações, choques, forças externas previsíveis, forças dinâmicas internas ou qualquer outro motivo acidental.
- Os espaços ao redor das máquinas e equipamentos devem ser adequados ao tipo de atividade e de operação de forma a prevenir a ocorrência de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.
- A distância mínima entre máquinas, em conformidade com suas características e aplicações, deve garantir a segurança dos trabalhadores durante sua operação, manutenção, ajuste, limpeza e inspeção, e permitir a movimentação dos segmentos corporais, em face da natureza da tarefa.
- As áreas de circulação e armazenamento de materiais e os espaços em torno de máquinas devem ser projetados, dimensionados e mantidos de forma que os trabalhadores e os transportadores de materiais, mecanizados e manuais, movimentem-se com segurança.
- A operação de máquinas e equipamentos que exponham o operador ou terceiros a riscos só pode ser feita por trabalhador qualificado e identificado por crachá.
- Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.
- As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.
- Na operação de máquinas e equipamentos com tecnologia diferente da que o operador esteja habituado a usar, deve ser feito novo treinamento, de modo a qualificá-lo à utilização dos mesmos.
- As máquinas, equipamentos e ferramentas devem ser submetidos à inspeção e manutenção de acordo com as normas técnicas oficiais vigentes, dispensando-se especial atenção a freios, mecanismos de direção, cabos de tração e suspensão, sistema elétrico e outros dispositivos de segurança;
- Fazer uso de produtos adequados e equipamentos de segurança, visando não causar danos prejudiciais à saúde humana, conservando-se o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança;
- Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas;
- As instalações elétricas das máquinas e equipamentos que utilizem energia elétrica fornecida por fonte externa devem possuir dispositivo protetor contra sobrecorrente, dimensionado conforme a demanda de consumo do circuito.
- As máquinas e equipamentos devem possuir dispositivo protetor contra sobretensão quando a elevação da tensão puder ocasionar risco de acidentes.
- Os cabos de aço, correntes, eslingas, ganchos e outros elementos de suspensão ou tração e suas conexões devem ser adequados ao tipo de material e dimensionados para suportar os esforços solicitantes.
- Recomenda-se cabos de aço inox 316 com alma, para áreas com exposição ao tratamento de esgoto.
- É proibida a permanência e a circulação de pessoas sobre partes em movimento, ou que possam entrar em movimento, dos transportadores de materiais, quando não projetadas para essas finalidade.
- É proibida utilização de adornos pessoais como alianças, anéis, correntes, relógios, cabelos longos, roupas largas e situações semelhantes que possam enroscar em objetos durante a realização dos serviços.
- As Máquinas e equipamentos devem ser projetados, construídos e operados levando em consideração a necessidade de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza dos trabalhos a executar, oferecendo condições de conforto e segurança no trabalho, observado o disposto na NR-17.
- As partes metálicas que possam gerar energia estática devem ser aterradas.

Os quadros de energia das máquinas e equipamentos devem atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança:

- Possuir porta de acesso, mantida permanentemente fechada;

- Possuir **sinalização quanto ao perigo de choque elétrico e restrição de acesso por pessoas não autorizadas**;
- Ser mantidos em bom estado de conservação, limpos e livres de objetos e ferramentas;
- Possuir proteção e identificação dos circuitos;
- Atender ao grau de proteção adequado em função do ambiente de uso.

As instalações elétricas das máquinas e equipamentos que utilizem energia elétrica fornecida por fonte externa devem possuir dispositivo protetor contra sobrecorrente, dimensionado conforme a demanda de consumo do circuito.

As máquinas e equipamentos devem possuir dispositivo protetor contra sobretensão quando a elevação da tensão puder ocasionar risco de acidentes.

Sistemas de segurança:

- As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.
- A adoção de sistemas de segurança, em especial nas zonas de operação que apresentem perigo, deve considerar as características técnicas da máquina e do processo de trabalho e as medidas e alternativas técnicas existentes, de modo a atingir o nível necessário de segurança previsto na NR 12.

Para fins de aplicação, considera-se proteção o elemento especificamente utilizado para prover segurança por meio de barreira física, podendo ser:

- Proteção fixa, que deve ser mantida em sua posição de maneira permanente ou por meio de elementos de fixação que só permitam sua remoção ou abertura com o uso de ferramentas;
- Proteção móvel, que pode ser aberta sem o uso de ferramentas, geralmente ligada por elementos mecânicos à estrutura da máquina ou a um elemento fixo próximo, e deve se associar a dispositivos de intertravamento

A proteção deve ser móvel quando o acesso a uma zona de perigo for requerido uma ou mais vezes por turno de trabalho, observando-se que:

- A proteção deve ser associada a um dispositivo de intertravamento quando sua abertura não possibilitar o acesso à zona de perigo antes da eliminação do risco;
- A proteção deve ser associada a um dispositivo de intertravamento com bloqueio quando sua abertura possibilitar o acesso à zona de perigo antes da eliminação do risco.

As máquinas e equipamentos dotados de proteções móveis associadas a dispositivos de intertravamento devem:

- Operar somente quando as proteções estiverem fechadas;
- Paralisar suas funções perigosas quando as proteções forem abertas durante a operação;
- Garantir que o fechamento das proteções por si só não possa dar início às funções perigosas;

A utilização de proteções intertravadas com comando de partida, como exceção ao previsto na alínea deve ser limitada e aplicada conforme as exigências específicas previstas em normas técnicas.

7.10 TRABALHO EM ELETRICIDADE

- Em todas as intervenções em instalações elétricas ou relacionadas devem ser adotadas medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, mediante técnicas de análise de risco, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho.
- Nos trabalhos em instalações elétricas, quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para controlar os riscos, devem ser adotados equipamentos de proteção

individual específicos e adequados às atividades desenvolvidas, em atendimento ao disposto na NR 6.

- Os trabalhadores devem receber treinamento de segurança para trabalhos com instalações, máquinas e equipamentos elétricos energizados, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas pela NR-10 e NR-12.
- Os funcionários de empresa Contratada que não tiverem treinamentos específicos ficam proibidos de realizar os trabalhos;
- As instalações elétricas temporárias devem ser executadas e mantidas conforme projeto elétrico elaborado por profissional legalmente habilitado.
- Os serviços em instalações elétricas devem ser realizados por trabalhadores autorizados conforme NR-10.
- É proibida a existência de partes vivas expostas e acessíveis pelos trabalhadores não autorizados em instalações e equipamentos elétricos.
- Os condutores elétricos devem:
 - a) ser dispostos de maneira a não obstruir a circulação de pessoas e materiais;
 - b) estar protegidos contra impactos mecânicos, umidade e contra agentes capazes de danificar a isolamento;
 - c) possuir isolamento em conformidade com as normas técnicas nacionais vigentes;
 - d) possuir isolamento dupla ou reforçada quando destinados à alimentação de máquinas e equipamentos elétricos móveis ou portáteis.
- As conexões, emendas e derivações dos condutores elétricos devem possuir resistência mecânica, condutividade e isolamento compatíveis com as condições de utilização.
- As instalações elétricas devem possuir sistema de aterramento elétrico de proteção e devem ser submetidas a inspeções e medições elétricas periódicas, com emissão dos respectivos laudos por profissional legalmente habilitado, em conformidade com o projeto das instalações elétricas temporárias e com as normas técnicas nacionais vigentes.
- As partes condutoras das instalações elétricas, máquinas, equipamentos e ferramentas elétricas não pertencentes ao circuito elétrico, mas que possam ficar energizadas quando houver falha da isolamento, devem estar conectadas ao sistema de aterramento elétrico de proteção.
- É obrigatória a utilização do dispositivo Diferencial Residual (DR), como medida de segurança adicional nas instalações elétricas, nas situações previstas nas normas técnicas nacionais vigentes.
- Os quadros de distribuição das instalações elétricas devem:
 - a) ser dimensionados com capacidade para instalar os componentes dos circuitos elétricos que o constituem;
 - b) ser constituídos de materiais resistentes ao calor gerado pelos componentes das instalações;
 - c) ter as partes vivas inacessíveis e protegidas aos trabalhadores não autorizados;
 - d) ter acesso desobstruído;
 - e) ser instalados com espaço suficiente para a realização de serviços e operação;
 - f) estar identificados e sinalizados quanto ao risco elétrico;
 - g) estar em conformidade com a classe de proteção requerida;
 - h) ter seus circuitos identificados.
- É vedada a guarda de quaisquer materiais ou objetos nos quadros de distribuição.
- Os dispositivos de manobra, controle e comando dos circuitos elétricos devem:
 - a) ser compatíveis com os circuitos elétricos que operam;
 - b) ser identificados;
 - c) possuir condições para a instalação de bloqueio e sinalização de impedimento de ligação.
- Em todos os ramais ou circuitos destinados à ligação de equipamentos elétricos, devem ser instalados dispositivos de seccionamento, independentes, que possam ser acionados com facilidade e segurança.

- Máquinas e equipamentos móveis e ferramentas elétricas portáteis devem ser conectadas à rede de alimentação elétrica, por intermédio de conjunto de plugue e tomada, em conformidade com as normas técnicas nacional vigentes.
- Os circuitos energizados em alta tensão e em extra baixa tensão devem ser instalados separadamente dos circuitos energizados em baixa tensão, respeitadas as definições de projeto.
- As áreas de transformadores e salas de controle e comando devem ser separadas por barreiras físicas, sinalizadas e protegidas contra o acesso de pessoas não autorizadas.
- As áreas onde ocorram intervenções em instalações elétricas energizadas devem ser isoladas e sinalizadas e, se necessário, possuir controle de acesso, de modo a evitar a entrada e a permanência no local de pessoas não autorizadas.
- Os canteiros de obras devem estar protegidos por Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA, projetado, construído e mantido conforme normas técnicas nacionais vigentes. O cumprimento do disposto neste subitem é dispensado nas situações previstas em normas técnicas nacionais vigentes, mediante laudo emitido por profissional legalmente habilitado.
- O trabalho em proximidades de redes elétricas energizadas, internas ou externas ao canteiro de obras, só é permitido quando protegido contra o choque elétrico e arco elétrico.
- Nas atividades de montagens metálicas, onde houver a possibilidade de acúmulo de energia estática, deve ser realizado aterramento da estrutura desde o início da montagem.
- No cronograma de trabalho/ Plano de Trabalho deverá estar previsto equipamentos e materiais necessários a realização dos trabalhos, com os procedimentos de segurança adequados;
- Deverão todos os funcionários da empresa Contratada utilizar todos os equipamentos de segurança e de proteção individual, tais como, luvas para eletricidade, vestimentas para eletricidade, sapato de segurança, máscaras, luvas, botas, capacete com jugular, protetor auricular, protetor facial e óculos de segurança, cintos de segurança, trava quedas, cabo de segurança, guarda-corpo, todos fornecidos pela contratada.

7.11 CONDIÇÕES SANITÁRIAS E CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Considerações Gerais:

- A Contratada deverá seguir **rigorosamente a NR-24 -Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**, acessível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs> a fim de garantir condições sanitárias e de conforto (locais adequados para alimentação, higiene, vestiário) de acordo com o preconizado nestas Normas Regulamentadoras;
- Instalações móveis, inclusive contêineres, serão aceitos em áreas de vivência de canteiro de obras e frentes trabalho, desde que:
 - Possua área de ventilação natural e garanta condições de conforto térmico;
 - Atenda aos requisitos mínimos de conforto e higiene (limpeza dos contêineres periodicamente). Ver NR-18 e NR-24;
 - Os circuitos e equipamentos elétricos estejam protegidos, além de aterrados eletricamente;
 - Separados por módulos os vestiários, dos refeitórios e das instalações sanitárias;
- Dar todas as condições especificadas de área de vivência;
- É proibido fazer refeições em locais inapropriados;
- Todas as áreas de trabalho da Contratada devem ser mantidas limpas e organizadas;
- Deve ser de, no máximo, 150 m (cento e cinquenta metros) o deslocamento do trabalhador do seu posto de trabalho até a instalação sanitária mais próxima;
- É obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e fresca para os trabalhadores, no canteiro de obras, nas frentes de trabalho e nos alojamentos, por meio de bebedouro ou outro dispositivo equivalente, na proporção de

- 1 (uma) unidade para cada grupo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores ou fração, sendo vedado o uso de copos coletivos;
- O fornecimento de água potável deve ser garantido de forma que, do posto de trabalho ao bebedouro ou ao dispositivo equivalente, não haja deslocamento superior a 100 m (cem metros) no plano horizontal e 15 m (quinze metros) no plano vertical;
- Na impossibilidade de instalação de bebedouro ou de dispositivo equivalente dentro dos limites referidos no subitem anterior, as contratadas devem garantir, nos postos de trabalho, suprimento de água potável, filtrada e fresca fornecida em recipientes portáteis herméticos;
- Nas frentes de trabalho, devem ser disponibilizados:
 - instalação sanitária, composta de bacia sanitária sifonada, dotada de assento com tampo, e lavatório para cada grupo de 20 (vinte) trabalhadores ou fração, podendo ser utilizado banheiro com tratamento químico dotado de mecanismo de descarga ou de isolamento dos dejetos, com respiro e ventilação, de material para lavagem e enxugo das mãos, sendo proibido o uso de toalhas coletivas, e garantida a higienização diária dos módulos;
 - local para refeição dos trabalhadores, observadas as condições mínimas de conforto e higiene, e com a devida proteção contra as intempéries.

7.12 PRODUTOS QUÍMICOS

- Antes da utilização dos produtos químicos, os responsáveis da Contratada, deverão informar oficialmente a CSS/CAJ, anexando sua Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.
- O armazenamento e fracionamento de produtos químicos devem ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar faísca, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários etc.
- Os trabalhadores devem receber treinamento para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto.
- A Contratada deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos.

7.13 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

- Os EPIs deverão ser adequados aos riscos previstos em cada atividade, conforme descrito nos programas de prevenção da Contratada e esta deverá **fornecer, treinar e fiscalizar o uso dos EPIs**.
- A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante às disposições contidas na NR 6 – Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- Equipamentos e vestuários mínimos obrigatórios principalmente quando das visitas em áreas de campo (mata), na ocorrência:
 - Boné ou chapéu (tipo australiano)
 - Camisas ou camisetas de cor claras
 - Roupa que evidencie sua presença no campo
 - Camisas ou camisetas com mangas longas
 - Calça comprida grossa
 - Calçados de segurança
 - Perneiras
 - Protetor solar e repelentes
- A CONTRATADA deverá se orientar pelo GUIA PRÁTICO DE NÍVEIS DE SEGURANÇA (Guia de EPI por Atividades e Riscos) disponibilizado pela Companhia Águas de Joinville (28774516) para ELIMINAR e/ou NEUTRALIZAR e/ou MINIMIZAR os efeitos dos riscos existentes nas atividades.

7.14 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

- São consideradas atividades ou operações insalubres, conforme NR-15, as que se desenvolvem:
 - Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;
 - Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;
 - Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.
- A empresa contratada deve ter todos os enquadramentos necessários para a realização dos trabalhos. Dar atenção especial ao anexo 14 que trata do trabalho com exposição ao esgoto sanitário.

8. DESVIOS E SANÇÕES DISCIPLINARES

- Quando constatado o não cumprimento da legislação, das normas de segurança, ou na evidência de condições que exponham pessoas a risco grave e iminente, a Companhia Águas de Joinville, através de seus representantes, reserva-se o direito de paralisação imediata da atividade, até que sejam tomadas as medidas cabíveis à regularização, independentemente do cumprimento do cronograma em execução.

É o parecer.

“A ANÁLISE FOI REALIZADA DE ACORDO COM OS DADOS, PROJETOS E ANEXOS DO PROCESSO ATÉ O MOMENTO, CASO HAJA ALTERAÇÕES, DEVE PASSAR NOVAMENTE POR ANÁLISE DO SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO”

Joinville, 16/03/2026

Mario Jesus de Sousa
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA: 040.726-9 (SC)
Matrícula: 0315

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE ACEITAÇÃO DOS REQUISITOS DESCRITOS NO PARECER E NAS DEVIDAS NORMAS E PROCEDIMENTOS CITADOS

Eu, _____, representante da empresa _____, na qual exerço a função _____, declaro que na data de ____/____/____, efetuei a leitura e tomei conhecimento do Parecer e das devidas NORMAS E PROCEDIMENTOS CITADOS da Companhia Águas de Joinville, bem como repassarei as informações constantes nestas a todos os funcionários que prestarão serviços neste contrato.

Por meio deste, declaro para todos os fins, que a empresa acima mencionada e todos os seus funcionários e prepostos estão cientes e concordam com o conteúdo previsto na presente Norma e na legislação vigente, se obrigando a respeitar todas as exigências ali previstas, arcando a empresa exclusivamente com os danos e prejuízos causados pelo eventual descumprimento de tais exigências.

Sem mais,

Joinville/SC ____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO MEMBRO DA CSS/CAJ

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR A CSS/CAJ

Cópias digitalizadas dos documentos abaixo (empresa e empregados) deverão ser enviadas a CSS/CAJ (css@aguasdejoinville.com.br), antes do início das atividades do contrato.

Da Contratada:

- Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Documentação de constituição de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
- Documentação do SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho);
- Plano de Emergência;

Dos Empregados:

- Ficha de Registro do empregado ou CTPS ou Contrato de Trabalho;
- Termo de Recebimento de EPI e Treinamento de uso (NR-6);
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), em dia;
- Ordens de Serviços (conforme NR-1);
- Certificados de treinamentos recebidos (p. ex. NR-6; NR-10; NR-11; NR-12; NR-18; NR-31; NR-33; NR-35; outros).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Jesus de Sousa, Empregado(a) Público(a)**, em 16/03/2026, às 11:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28774324** e o código CRC **CEE2D0B8**.

Rua XV de Novembro, 3950 - Bairro Glória - CEP 89216-202 - Joinville - SC -
www.aguasdejoinville.com.br

26.1.001998-4

28774324v4